

Aspectos Sócio-Históricos e Psicológicos da Velhice

Ludgleydson Fernandes de Araújo

Mestrando em Psicologia Social e Especialista em Gerontologia

Pesquisador do Núcleo de Pesquisa Aspectos Psicossociais de Prevenção e Saúde Coletiva

Universidade Federal da Paraíba

E-mail: ludgleydson@ig.com.br

Virgínia Ângela M. de Lucena e Carvalho

Doutora em Desenvolvimento Adulto e Envelhecimento Humano - Universidade de Salamanca-Espanha

Professora do Departamento de Serviço Social e Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

Coordenadora da Base de Investigação Multidisciplinar em Desenvolvimento Humano e Envelhecimento

Universidade Federal da Paraíba

E-mail: manaira@usal.es

Resumo

O fenômeno da velhice é algo presente nas diversas épocas e lugares, fazendo parte da evolução da civilização humana. No entanto, este constructo sócio-histórico e psicológico ao longo dos tempos foi alvo de pesquisas científicas e do senso comum, cuja premissa maior era busca da juventude e da beleza eterna. De modo que a velhice possui o componente preconceituoso e estereotipado de uma fase do desenvolvimento humano marcado por acontecimentos negativos. Nas sociedades contemporâneas verifica-se um aumento da expectativa de vida e crescimento da população idosa em vários países. O presente artigo objetiva focar a velhice e o processo de envelhecimento humano numa abordagem sócio-histórica e psicológica.

Palavras-chave

Velhice – Envelhecimento humano – Abordagem sócio-histórica e psicológica

1 . VELHICES: uma construção sócio-histórica

A questão do envelhecimento e da longevidade humana é algo que já se fazia presente na mais remota história, seja na busca pela fórmula da eterna juventude, esta associada à felicidade plena; ou como preocupação constante do homem em todos os tempos. Despertando maior ênfase na última década, devido sobretudo a sua expansão tanto a nível mundial, como na realidade brasileira, sendo objeto de investigação na comunidade acadêmica e na sociedade civil.

A imortalidade e a eterna juventude são sonhos míticos da espécie humana. A procura da fonte da juventude é assunto desde os mais antigos escritos. O livro Gênese do Antigo Testamento fala que após o dilúvio as pessoas passaram a viver mais, a velhice é vista como um edifício e a

morte representa sua total e definitiva demolição. Já os gregos como por exemplo Hesíodo (século VIII a.c.), descreveu uma raça dourada, constituída por um povo que vivia centenas de anos sem envelhecer e que morreriam dormindo quando chegasse o seu dia. Aristóteles (filósofo grego) e Galeno (médico grego) acreditavam que cada pessoa nascia com certa quantidade de calor interno, que iria se dissipando com o passar dos anos, considerando a velhice o período final desta dissipação de calor. Neste sentido, este primeiro, sendo um dos mais influentes filósofos do pensamento ocidental naquela época, sugeria o desenvolvimento de métodos que evitassem a perda de calor, prolongando a vida, fugindo um pouco da mitologia utilizada até então para dar uma conotação científica a este fenômeno (Azevedo, 2001).

Em algumas civilizações mais antigas, a valorização pessoal parece vinculada à capacidade física, força, vitalidade, beleza, virilidade; ao passo que em países orientais a velhice é objeto de adoração, uma vez que os jovens procuravam os idosos em busca de conhecimentos e experiência. Em relação à cultura, encontram-se várias formas de conceituação e enfrentamento da velhice. No Egito, provavelmente por volta de 3000 a. C., há registros da obrigação dos filhos em cuidar de seus idosos, e para os egípcios, “viver 110 anos era considerado o prêmio de uma vida equilibrada e virtuosa” (Leme, 1996, p. 14). Em Israel, o respeito dos judeus aos anciãos fica evidenciado tanto na Bíblia quanto do ponto de vista legal: maltratar os pais era considerado crime que poderia ser punido com a morte. O órgão máximo do povo hebreu – Sinédrico – era composto por 70 “anciãos do povo”. Já na China, mesmo reconhecendo a limitação natural da vida humana, acreditava-se que, de maneira natural, esta devesse se prolongar das faculdades mentais e dos sentidos (Leme, 1996).

Ainda na China, o taoísmo, preconiza o encontro do “verdadeiro caminho” que seria viver tanto até tornar-se imortal, para isto fazia-se necessário aprender a conservar as energias vitais por exemplo, mantendo o controle da respiração, alimentando-se de frutas e raízes, evitando carne e álcool, como também a substituindo-se o comportamento sexual pelo ato da meditação (Azevedo, 2001).

No século XVI começaram a aparecer os primeiros trabalhos científicos acerca do envelhecimento humano, com representantes como Bacon, Descartes e Benjamim Franklin que acreditavam ser apenas o desenvolvimento de métodos científicos eficazes para ‘vencer’ as transformações da velhice. Francis Bacon (1561-1626) escreveu “*A História Natural da Vida e da Morte e a Prolongação da Vida*”, defendendo a idéia de que um espírito jovem inserido em um corpo velho faria regredir a evolução da natureza. Benjamim (1745-1813) por sua vez é o primeiro

a dizer que são as doenças responsáveis pela morte e não o envelhecimento – que não é doença. (Azevedo, 2001; Leme, 1996).

Por volta de 1867 o médico francês Jean Marie Charcot, realizou pesquisa com o intuito de estudar o processo de envelhecimento, suas causas e conseqüências sobre o organismo, denominado “*Estudo clínico sobre a senilidade e doenças crônicas*”. Já em 1908 Elie Metchnikoff ganha o prêmio Nobel de medicina, com estudo que advogava ser o intestino grosso que expelia venenos responsáveis pela deterioração dos alimentos, para isso preconizava a ingestão regular de leite ou iogurte, e o hábito de utilizar laxantes para esterilizar o organismo (Azevedo, 2001).

Nas sociedades contemporâneas o Papa João Paulo II, no ano de 1999 (Ano Internacional do Idoso), escreveu uma carta aos anciãos, afirmando que estes ajudam a contemplar os acontecimentos terrenos com mais sabedoria, porque as vicissitudes os tornaram mais experientes e amadurecidos. Eles são guardiões da memória coletiva e, por isso, intérpretes privilegiados daquele conjunto de ideais e valores humanos que mantêm e guiam a convivência social.

Percebe-se que na atualidade é negado ao velho sua função social, uma vez que habilidades como aconselhar e lembrar são mecanismos não valorizados, sendo decorrente a opressão à velhice. Esta se dá a partir de mecanismos institucionais visíveis como, por exemplo, as casas de ‘repouso’, asilos, bem como por questões psicológicas (a tutela, a inexistência do diálogo, discriminação) e mecanismos científicos com pesquisas que demonstram deterioração física, deficiência nas relações interpessoais (Chauí, 1994).

Percebe-se, então, o reconhecimento da autoridade religiosa ao processo de envelhecimento e, é válido salientar, essa atitude tem partido também de outros autores que se dispõem a tratar a questão da velhice. Como salienta Cícero (1997), deve-se combater a velhice por meio de exercícios físicos e de boa alimentação, uma vez que os velhos a conservam tanto melhor quando permanecem intelectualmente ativos.

Até o século XIX, a velhice era tratada como uma questão de mendicância, porque sua fundamental característica era a não possibilidade que uma pessoa apresentava de se assegurar financeiramente. Assim, a noção de velho remete à incapacidade de produzir, de trabalhar. Dessa forma, segundo Peixoto (1998), era denominado velho (*vieux*) ou velhote (*veillard*) aquele indivíduo que não desfrutava de *status* social – muito embora o termo velhote também fosse utilizado para denominar o velho que tinha sua imagem definida como “bom cidadão”.

As questões concernentes ao envelhecimento humano ganharam destaque na pauta das pesquisas científicas no início da década de 1920, com investigações que contemplavam, basicamente, as transformações fisiológicas e suas perdas para o organismo nesta fase do

desenvolvimento. Estudos pioneiros, como os realizados por Stanley Hall, marcaram esta fase embrionária, enfocando a velhice entre os acadêmicos com a publicação, em 1922, da obra *Senescence: the hall of life* (Paiva, 1986).

Esta autora ainda menciona que a velhice por um largo espaço de tempo foi associada a limitações e deficiências, posto que esta era objeto da Psicologia do Excepcional, e não do desenvolvimento humano. Não obstante, algumas publicações de autores como Telford e Sawrey (1976), no último capítulo de seu livro *O indivíduo Excepcional*, dedicam-se à velhice. Seu argumento caracterizava este estágio do desenvolvimento como pouco produtivo do ponto de vista comportamental.

Para demonstrar uma visão menos estereotipada da velhice, o termo “idoso” foi adotado para caracterizar tanto a população envelhecida em geral, como aquela mais favorecida. A partir de então, os “problemas dos velhos” passaram a ser vistos como “necessidades dos idosos” (Peixoto, 1998). Por outro lado, Neri & Freire (2000) colocam que a substituição dos termos velho ou velhice por melhor idade já indica preconceito, pois, caso contrário, essa troca de palavras não seria necessária.

As mesmas autoras ainda fazem menção ao termo “terceira idade”. Este termo foi cunhado nos anos 60, para designar a idade em que a pessoa se apresenta servindo para designar a faixa etária intermediária entre a vida adulta e a velhice (Neri & Freire, 2000, p. 13). Esta distinção também traz uma dose de conotação negativa ao termo velhice, porque se compreende que quem está na terceira idade ainda não é velho. Porém, ao mesmo tempo, fornece uma visão mais benéfica daqueles que se encontram com 60 anos ou mais. Esta é a idade que a ONU (Organização das Nações Unidas) define como o início da velhice nos países em desenvolvimento, elevada aos 65 anos nos países desenvolvidos.

Em face desses preconceitos, estabeleceram-se conceitos sobre os termos velho, idoso e terceira idade. “Velho” ou “idoso” refere-se a pessoas idosas, na média de 60 anos; “velhice” seria a última fase da existência humana e “envelhecimento” atrelado às mudanças físicas, psicológicas e sociais (Neri & Freire, 2000).

Há ainda outras metáforas acerca do envelhecimento como, por exemplo, “amadurecer” e “maturidade”, que significam a sucessão de mudanças ocorridas no organismo e a obtenção de papéis sociais, respectivamente (Neri & Freire, 2000). Considerando os mais variados termos de distintos autores sobre a questão da velhice, percebe-se que a pessoa envelhecida conheceu, assim, uma série de modificações ao longo do tempo, uma vez que as mudanças sociais

reclamavam políticas sociais para a velhice, assim como a construção ética do objeto velho (Peixoto, 1998).

É preciso que se estabeleça respeito pelo idoso, reconhecendo-o enquanto ser humano que, se por vezes apresenta uma certa diminuição de suas habilidades físicas e sensoriais, possui outras qualidades que podem ser igualmente importantes (Del Prette, 1999).

Não obstante, denota-se que a velhice decorre mais da luta de classes que de conflito de gerações (Bosi, 1994). Uma vez que, ao velho não é permitida sua participação nas relações interpessoais, de modo que este ator social tem compartilhado seu lugar de exclusão na sociedade com outros grupos como: mulheres, negros, índios, portadores de necessidades especiais.

Para designar os conceitos que fazem referência a população de idades avançadas, há um consenso entre os pesquisadores das diversas áreas do conhecimento, que apenas o critério etário não é suficiente para demarcar o último curso da vida, antecessora a morte; pois o fenômeno é diferencial e obedece a uma gama de fatores tanto endógenos como exógenos nas esferas social, histórica, cultural, fisiológica e psicológica (Gómez, 2002).

Todavia, mesmo com a existência de inúmeros termos para denominar a fase da vida de 60 anos ou mais, não se deve negar que a velhice – ou qualquer outro termo que se use – constitui uma fase do desenvolvimento humano tão importante quanto as demais e que, portanto, merece toda atenção e dedicação tanto dos estudiosos do assunto como da família, da sociedade civil e, principalmente, do Estado, através do planejamento e operacionalização das políticas públicas.

Não obstante, faz-se necessário conhecer como que esse constructo sócio-histórico e cultural tem perpassado a formulação de teorias e pesquisas que vislumbram explicar e prever as manifestações psicossociais da velhice e do processo de envelhecimento humano.

2. Psicologia do Envelhecimento e da velhice

O interesse da psicologia sobre a velhice é relativamente recente, visto que a expansão sistemática da Gerontologia só ocorre no final da década de 1950, principalmente em função do rápido crescimento no número de pessoas idosas.

Começam em 1928 as primeiras pesquisas experimentais sobre a velhice, a respeito de tópicos tais como: aprendizagem, memória e tempo de reação. No entanto, até 1940, pouco se pesquisou sobre a vida adulta e a velhice, considerando que até então esta foi a época de expansão e consolidação da psicologia da infância e da adolescência (Baltes, 1995).

Um possível motivo para o planejamento e a execução de um grande número de estudos empíricos acerca do envelhecimento, deve-se ao fato de que os pesquisadores não encontravam

na psicologia do desenvolvimento uma resposta satisfatória para a realidade pessoal de envelhecimento, nem para a velhice como fato social, fenômeno sem precedentes na experiência da humanidade (Neri, 1995).

Ainda é enfatizado por esta autora que, por muito tempo, à velhice foi estudada apenas dentro da psicologia de desenvolvimento e com importância inferior ao estudo da psicologia infantil. O envelhecimento era tratado como uma fase em que existem perdas, havendo perdas gradativas das capacidades tanto físicas quanto psíquicas.

Segundo Baltes (1995), a evolução do campo da psicologia do envelhecimento, no século XX, acarretou mudanças também na natureza da psicologia do desenvolvimento que, em vários países, especialmente nos EUA, era um campo sobreposto ao da psicologia infantil.

Basicamente, a rápida emergência da psicologia do envelhecimento foi uma consequência da confluência dessas duas correntes de interesses, originadas a partir da psicologia do desenvolvimento. Primeiro: houve uma curiosidade acerca da repercussão da infância sobre o desenvolvimento ulterior, ou seja, que consequências trariam, para a velhice, as experiências de desenvolvimento ocorridas na infância e na adolescência. Segundo: os psicólogos que trabalhavam com a vida adulta e a velhice passaram a estender o âmbito de seus conceitos e de seus estudos para a direção oposta do curso de vida (Baltes, 1995).

Erik Erikson um dos pioneiros nos estudos sobre o desenvolvimento humano, com a formulação da Teoria do Desenvolvimento durante toda a vida (1963,1964), explicitava que o desenvolvimento se processa ao longo da vida e que o sentido da identidade de uma pessoa se desenvolve através de uma série de estágios psicossociais durante toda a vida (Bee & Mitchell, 1984).

Esta teoria compõe-se de oito estágios, sendo o período da vida adulta (considerado após 41 anos) denominado de integridade do ego *versus* desespero, sendo que a integridade do ego é caracterizada por fatores intrínsecos à velhice como: dignidade, prudência, sabedoria prática e aceitação do modo de viver, e desespero seriam possivelmente medo da morte. Erikson, através destes estudos, contribuiu significativamente para a compreensão das transformações ocorridas na velhice, salientando-se que, até então, nenhum outro autor na psicologia havia dado ênfase ao estágio do desenvolvimento humano contemplando a vida adulta.

Como apontam Bee e Mitchell (1984), a teoria de Erikson colabora no sentido de oferecer sínteses sobre o desenvolvimento cognitivo e da personalidade, sobretudo na vida adulta. Após o desenvolvimento desta teoria, passaram-se décadas na psicologia sem a formulação de uma outra teoria do desenvolvimento da vida adulta.

Outra teoria, desenvolvida por Gould (1978), enfatiza os processos do desenvolvimento da velhice, seguindo uma abordagem similar a de Erikson, propondo também estágios de desenvolvimento. Estas teorias desencadearam, dentro da Psicologia do Desenvolvimento, relevância a este estágio do desenvolvimento humano, pois neste período já era despertado, em várias áreas do conhecimento, sobretudo Gerontologia, o interesse em conhecer melhor os fenômenos peculiares ao processo de envelhecimento e à velhice.

Denota-se, com os avanços dos estudos da Psicologia do Envelhecimento, a busca da velhice bem-sucedida, para isto alia-se a experiência de vida que os idosos possuem e os fatores da personalidade para que estes possam desenvolver mecanismos que contribuam para uma boa saúde física e mental, autonomia e envolvimento ativo com a vida pessoal, a família, os amigos, o ócio, o tempo livre e as relações interpessoais (Neri, 2004).

Na medida em que esta nova área da psicologia toma corpo, vão ocorrendo também mudanças nos enfoques do desenvolvimento humano, visto que este território foi ampliado, incluindo-se novos contextos da vida e novos fenômenos evolutivos. Áreas como a psicologia clínica, a psicologia organizacional e a psicologia do trabalho, também tiveram que se adaptar a essas mudanças e novas perspectivas.

Segundo Neri (1995),

a psicologia do envelhecimento é hoje a área que se dedica à investigação das alterações comportamentais que acompanham o gradual declínio na funcionalidade dos vários domínios do comportamento psicológico, nos anos mais avançados da vida adulta (p.13).

Um dos desafios enfrentados pela psicologia do envelhecimento *a priori* foi conciliar os conceitos de desenvolvimento e envelhecimento, tradicionalmente tratados como antagônicos, tanto pelos cientistas, quanto pela sociedade civil e a família, tendo em vista que se considerava a velhice como um período sem desenvolvimento. Essa questão poderia ser amenizada com a ajuda da sociedade, se esta providenciasse uma maior focalização em torno da longevidade, da saúde física e da adequação do ambiente às peculiaridades da velhice.

Por fim, a velhice constitui um estudo recente no âmbito da Psicologia de um modo geral, e na Psicologia Social, em particular, no entanto, ao longo das últimas décadas têm crescido significativamente as pesquisas e intervenções junto a este grupo social, demonstrando a importância da compreensão deste objeto a partir da ótica biopsicossocial.

Bibliografia

Azevedo, A L. (2001) *Velhice e seus processos sócio-históricos*. Lisboa:Argumento.

Baltes, P. B. (1995). Prefácio. Em: Neri, A. L. (org) *Psicologia do Envelhecimento: uma área emergente*.(pp.09-12). Campinas: Papyrus.

Bee, H. L. & Mitchel, S. K. (1984). *A pessoa em desenvolvimento*. São Paulo: Harbra.

Bosi, E. (1994). *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*.São Paulo-SP: Companhia das Letras.

Cícero, M. T. (1997). *Saber envelhecer e a amizade*. Porto Alegre: L & PM.

Chauí, M. (1994). Os trabalhos da Memória. Em: Bosi, E. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos* (pp. 17-36). São Paulo-SP: Companhia das Letras.

Del Prette, Z. A P. & Del Prette, A (1999). *Psicologia das Habilidades Sociais: terapias e educação*. Petrópolis-RJ:Vozes.

Gómez, L. R. (2002). *Envejecer en Chiapas: etnogerontología zoque*. Instituto de Estudios Indígenas - UNAM:Chipas - México.

Leme, L. E. G. (1996). A Gerontologia e o problema do envelhecimento: Visão histórica. Em: Papaléu Neto, M. *Gerontologia*(pp. 12-23). São Paulo: Atheneu.

Neri, A. L. Teorias Psicológicas do Envelhecimento (2002). Em: Freitas, E. V. & Cols. (Orgs.) *Tratado de Geriatria e Gerontologia*, (pp. 32-45), Rio de Janeiro-RJ: Guanabara Koogan.

_____ (1995a). *Psicologia do envelhecimento*.Campinas: Papyrus.

_____ & Freire, S. A. (orgs) (2000). *E por falar em boa velhice*. Campinas: Papyrus.

_____ (2004). Envelhecer com Dignidade. *Jornal da UNICAMP*, 18 (247):12.

Paiva, V. M. B. (1986). A Velhice como fase do desenvolvimento humano. *Revista de Psicologia*, 4(1):15-23.

PAPA, J. P. II (1999). *Carta do Papa João Paulo II aos anciãos*. [On line]. Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/john_paul.htm. (Consultado em 21/05/2000)

Peixoto, C. (1998). Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho velhote, idoso terceira idade. Em: Barros, M. L. de (org.), *Velhice ou Terceira Idade?*(p.15-17). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.